

Metrópole biopolítica: quando Negri lê Koolhaas.

Clarissa da Costa Moreira¹

Resumo:

No contexto dos debates sobre o Multitudoceno, enquanto horizonte mais amplo e complexo para além da ideia de um Antropoceno, pensamos sobre as possibilidades de disputa coletiva do projeto da cidade em sua maior escala, a da metrópole, a partir da leitura da resenha de Antonio Negri, «Rem Koolhaas: Junkspace e a metrópole biopolítica» (Negri,2009). O artigo faz um balanço das forças detectadas por Negri na visão koolhaasiana da metrópole contemporânea, buscando compreender como esta leitura desafia e pode contribuir a partir dos pontos fortes e mesmo dos limites e desafios por ela demarcados, a potencializar as experiências já em curso do que poderá vir a constituir um «Urbanismo do comum».

Palavras-chave:

Metrópole contemporânea, Rem Koolhaas, Urbanismo do comum.

Introdução: A Metrópole no Multitudoceno

Como pensar na crise, ou melhor, no esvaziamento simultaneamente tramado dos ciclos de mobilização política do século XXI, como vertente para reestruturação dos possíveis da vida em coletivo - ou comum? Observando esse processo pelo viés da metrópole e seus conflitos, é possível vislumbrar campos de experimentação férteis e promissores. Se há um multitudoceno ocorrendo, ele atravessa sem dúvida esses campos e suas redes, potencializados pelas novas tecnologias ao mesmo tempo em que estas são cada vez mais usadas para neutralizar toda fuga.

¹ Clarissa da Costa Moreira é arquiteta e urbanista formada pela FAU/UFRJ, mestre em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ e Doutora em Filosofia da Arte e da Arquitetura pela Universidade de Paris 1- Sorbonne. Atualmente é professora na EAU/UFF, desenvolve o projeto de pesquisa Cidade em Aberto e Cartografias da Cidade em Disputa, em parceria com o Laboratório GPDU. É membro da Rede Universidade Nomade. Publicou « A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação» pela UNESP, 2005 (prêmio ANPUR 2003) e « Ville et Devenir», L'Harmattan, 2009, entre diversos artigos e capítulos de livro.

De fato, os ciclos de lutas foram eminentemente urbanos ou tencionavam com a própria noção dominante de uma soberania de determinados modos de vida na cidade sobre outros, que se traduzem, no caso brasileiro, por exemplo, nos processos e políticas de opressão aos povos indígenas na floresta (e na cidade) e aos favelados. De um modo geral, estiveram implicadas visões divergentes e em conflito sobre as organizações coletivas através do globo e também sobre suas estratégias e táticas de sobrevivência e disputa de territórios, em conflitos regados por interesses financeiros dos grupos detentores do poder.

Há muitos entrelaces entre a tendência cognitiva do capitalismo atual e as formas de subjetivação coletiva. Nesta fase, o neurocapitalismo se torna preponderante (Griziotti, 2017) num mundo onde conhecimento, informação e sua disputa são centrais e a produção de bens cada dia mais fantasmática. O fato de que o contexto atual escapa e complexifica em muito os tipos de relação entre poder, capital e trabalho que se pode vislumbrar nos séculos anteriores, nos obriga a pensar a metrópole num quadro totalmente novo, como lugar destas tensões e transformações sob formas que tencionam as antigas formas de dominação sem extingui-las. E não é a toa que um campo de experimentação promissor na política contemporânea seja o campo municipalista (Szaniecki, 2014), como vemos principalmente na experiência espanhola e catalã, que se dá em conflitos quanto às dominações sobre o espaço e em relação às dinâmicas concretas e palpáveis da metrópole, seus usos, funcionamento e desequilíbrios que afetam em muito a vida cotidiana.

Para além de um mundo reduzido aos binômios morro x asfalto, centro x periferia, inclusão x exclusão e todos os identitarismos que se organizam por meio destas polarizações construídas, por sua vez, a partir da hierarquia social, e da persistente luta de classes, insistir na construção coletiva do espaço da metrópole - significa pensar em termos de como resistir e buscar saídas para valores que seguem sendo caros à vida humana: equidade, liberdade, democracia, solidariedade. Esses valores são críticos e constantemente atacados num novo ciclo onde símbolos e aspectos do extremismo conservador vem sendo cada vez mais fortalecidos tanto diretamente graças a grupos sectários que operam de forma a gerar cada vez mais reação e mídia, quanto como um horizonte de terror a evitar, usado por grupos progressistas em suas

estratégias de convencimento, num processo as vezes perverso que tem por efeito reforçar um clima de pânico social. O fenômeno se propaga sobretudo nas redes sociais, que funcionam cada dia mais como o sistema nervoso central no neurocapitalismo.

É diante desse processo de pânico produzido em rede, que a metrópole ressurgiu como lugar concreto de relações cada vez mais atravessadas por essas trocas digitais, mas ainda produtora de relações e interações próprias, mais lentas e concretas, que envolvem corpo, afetos, estímulos variados e outros espaços menos estreitos que os espaços confinados das redes sociais. Cabe ressaltar que nos parece que estamos já vivendo o ocaso do protagonismo da metrópole, ou sua passagem a um campo de precipitação de processos gestados não só a partir dela, mas cada vez mais a partir de um fora, no complexo campo de ação do neurocapitalismo, que não prescinde de um espaço físico, mas onde este já não é primordial.

É neste ponto que insistimos em retornar à leitura de Antonio Negri sobre a metrópole como lugar biopolítico ainda que hoje este seja cada vez mais tensionado pelo mundo digital. Busca-se na leitura de Negri sobre Rem Koolhaas, pistas do entendimento da potência biopolítica da metrópole contemporânea presente nas visões do polêmico teórico do urbanismo e também arquiteto².

No campo do urbanismo, Koolhaas foi quem, no final do século XX, de forma mais contundente, soube compreender e não recusar os caminhos ou descaminhos das grandes cidades no globo terrestre, ainda ativos na segunda década do século XXI. Apesar de europeu, conseguiu deseuropeizar o pensamento urbano, rompendo com cânones tanto modernos quanto pós-modernos, nas correntes mais passadistas. A novidade que havia em Koolhaas - e ainda há - é a de um tom e uma perspectiva que observa a grandeza da condição metropolitana e a sua superioridade ao próprio urbanismo e seu arsenal de intervenção. Coloca-se numa posição, de fato, «menor» em relação ao fenômeno urbano enquanto olhar singular sobre o real. Nesse sentido, Koolhaas foi capaz de chocar o campo que nasceu do desejo de organizar, ordenar e planificar o descontrole e a desmedida da cidade em expansão, desde então consternado com o surgimento da grande metrópole e sua feiura e caos. Se se pensamos nessa

² Começamos a trabalhar sobre o tema graças às animadas discussões no âmbito da disciplina de pós-graduação da ESDI/UERJ - Design e Cidade, sob coordenação de Barbara Szaniecki e participação de Talita Tibola, em 2016, onde estes textos foram lidos e debatidos.

perspectiva, podemos dizer com Koolhaas e Negri, que a metrópole e suas forças desestabilizadoras venceram o urbanismo, pelo menos em contextos como o Brasil.

No entanto, parecendo impermeáveis aos acontecimentos, as tendências e os debates nacionais, mesmo aqueles mais progressistas, prosseguiram mais ou menos alheios à realidade material da vida nas grandes metrópoles, e mais focados na sua inconformidade aos modelos urbanísticos. Há resistências às proposições koolhaasianas, por um lado, ou uma adesão que podemos qualificar de acrítica, por outro.

O que havia de mais importante nas observações de Koolhaas prossegue como um dado com o qual não chegamos ainda a lidar. Uma prova disso é como ainda hoje os expoentes do urbanismo progressista no Brasil ainda se referem às favelas como espaços ilegais, subnormais e outros termos que insistem em manter ativa a nostalgia por um urbanismo que daria conta de suprimir o caos urbano fazendo-o caber em caixas empilhadas de concreto armado, e evitar assim, a necessidade da «revolução», numa linha ainda, talvez já inconscientemente, corbusiana. E, principalmente, como tantos se calaram, com raríssimas exceções, face aos processos de absorção à fórceps daqueles espaços e vidas cuja precariedade estava fazendo obstáculo ao desenvolvimento do país e das cidades (vide remoções em todo o Brasil e os feitos da construção civil no período).

Antonio Negri percebeu muito bem esta novidade que havia em Koolhaas e o que, em sua leitura, superava o *pathos* dramático do urbanismo que sempre lamentou o rumo do urbano. Rebelando-se contra a certeza da cidade europeia como modelo, Koolhaas trouxe como objeto urbanístico o que para o urbanismo tradicional era o inominável: tudo aquilo que constitui o mal-projetado ou o não projetado, o transbordamento do calculado ou do insuficiente pelo necessário. Periferias, favelas, shoppings, viadutos, todo o arsenal abjeto da cidade pós-moderna composto de tantas épocas, tão detestado nos mais diversos campos do pensamento urbano.

“[...] Não estou de acordo, e mais à frente explicarei e discutirei melhor o desacordo. Mas antes vejamos Junkspace. Aqui, a modernização alcança o cume, é a apoteose da modernidade, sem rota de fuga, um fascismo sem ditadura:

É o fascismo isento de ditador. Desde o repentino beco sem saída em que você é deixado por uma gigantesca escada de granito, escadas rolantes levam você a um destino desconhecido num trajeto com uma vista provisória de vidro [...] vivemos

sempre num sanduíche [...] entre o supérfluo e o inevitável [...] sem caráter, anônimo, repetitivo, vazio, disperso, vácuo, risível, pós-existencial [...] etc.

Estamos ante uma situação rabelaisiana, plena de sarcasmo e intensa ironia, em que falta completamente o sorriso. A metrópole em que habitamos é um enorme e grotesco teatro, sem escapatória, efetivamente sem esperança. O arquiteto está cansado. Esse mesmo urbanismo que deveria vencer a arquitetura e desmistificar o arquiteto só existe como não-planificação de uma paisagem metropolitana indefinida e perversa. O arquiteto desmistificado segue existindo como acusador laico, amargo, testemunhal e desencantado.

Apesar disso tudo, alguma coisa ainda acontece por aqui, um estalo, uma fagulha, um evento. Será literatura? Aqui o texto desloca a argumentação de Koolhaas... De fato, aqui está o ponto chave, em *Junkspace*, quando aparece um paradoxo manifesto. Quanto mais se aprofunda a crítica da cidade e, portanto, desaparece o seu horizonte como cidade; quanto mais se transforma a metrópole num horizonte infinito, tanto mais esse *Junkspace* perde a aparência matemática e plástica da arquitetura tradicional e assume, ao contrário, uma fisicalidade corpórea e extraordinária, transpondo o nível da análise do surrealismo de um De Chirico à sonhada hipercorporalidade de Bacon. O *Junkspace* é biopolítico (Negri, 2009)”.

Koolhaas soube transformar em matéria especulativa e em campo de atuação, sem, no entanto, preocupações de controle ou ingerência: seu objetivo ao ver interesse ali não é o de preservar o que quer que seja, mas apreender algo a partir dessas práticas, apreender sua potência sem, para isso, precisar fantasiá-la ou envolvê-la numa aura pitoresca ou exótica, risco em que incorreu a maioria das tentativas de se relacionar com aquilo que escapa ao urbanismo tradicional.

Negri, em sua resenha explicita que aquilo que emerge das análises do arquiteto holandês é o espaço concreto da vida urbana para as grandes majorias no mundo. O espaço chamado lixo, que não segue as regras clássicas nem os estilos sofisticados do mundo da arquitetura, é para o filósofo italiano, o espaço biopolítico onde vivemos.

As consequências da metropolização/urbanização do mundo não são vistas como apocalípticas por Koolhaas e é neste campo ou nesta brecha na pesquisa e na proposição urbanas que o autor se estabeleceu ao longo dos anos com muita fineza, entre reflexão e prática construtiva. Infelizmente, lido superficialmente, serviu para criar mais um geração de arquitetos e urbanistas apressados em construir mais e maior e com muito marketing. Nisso, uma grande quantidade de profissionais ficou simplesmente frustrada porque a «Bigness» não era para todos, muito pelo contrário, se manifesta de forma radicalmente outra num contexto como o brasileiro, onde a grande escala é de fato dada

pela capacidade de auto-construção dos pobres urbanos: as grandes cidades dos pobres são ainda como horizonte de trabalho (Cocco,2015).

Junkspace biopolítico

O arquiteto e urbanista holandês Rem Koolhaas não veio exatamente de algum «fora» em relação ao ocidente, mas pode vivenciá-lo seja através da própria guerra, seja vivendo em outros países, para que reunisse modos de se insurgir contra os dogmas do «dentro». De fato, sua biografia joga alguma luz sobre sua posição. Nasceu numa Rotterdam em guerra, viveu em Jacarta e um tempo no Brasil. Ator, jornalista, escreveu peças de teatro e como Corbusier em quem claramente se inspira, não era apenas um arquiteto, mas um pensador, um homem público, um empreendedor, um pesquisador inquieto, segundo as várias biografias disponíveis.

«Whatever Happened to urbanism?» importante texto de Rem Koolhaas, ao lado de outros textos como Cidade Genérica, *Junkspace* (traduzido no Brasil como espaço-lixo) e *Bigness* (grandeza), seguem de atualidade, e ao que parece, ainda há muito a explorar aí enquanto experimento de pensar o espaço da metrópole de forma menos dogmática e mais provocativa ou complexa. Seu trabalho foi o de (tentar) terminar de enterrar as utopias modernas e trabalhar com o extremo real - lamentavelmente, sem críticas ao processo que nos conduz ao estado de coisa analisado. No entanto, o limite da sua perspectiva - e a gravidade de sua posição - era a posição nunca transformadora ou realmente crítica, mas que partia da constatação negativa do século XX, ainda em voga no XXI, à moda de Margareth Thatcher, de que não há outra maneira ou qualquer escapatória: o velho ritornelo mortífero do neoliberalismo acerca da inexorabilidade do mundo tal qual se apresenta, demitindo, a partir desse «credo», o pensar outros possíveis, a transformação, ou novos rumos para a vida em geral, e em no presente caso, para o urbano. É onde a resenha de Negri (2009) se afasta do projeto Koolhaasiano.

Assim o cinismo pós-moderno se opõe justamente ao reformismo hipermoderno: este tem um olho atento à *Bigness* e sempre um olhar perverso sobre o *Junkspace*. O pós-modernismo ataca a história mas é historicizante, ataca a Santíssima Trindade “renda, lucro, salário” como uma estratificação arqueológica, mas sabe que não vai destruí-la, além disso, sabe que ao herdá-la acabará reproduzindo-a. Existe uma crueldade que o pós-modernismo consegue fazer ver de maneira exemplar: é o reconhecimento de que o homem qualquer – o cidadão, o trabalhador, o nômade – em definitivo está imerso no mundo da mercadoria, numa metrópole que o explora. É

também o pós-modernismo uma declaração da incapacidade de subtrair-se a essa realidade? Estaria a *Bigness* dominada por um sentimento de impotência? Conduz ao reconhecimento do *Junkspace* a conclusão asmática de que é impossível atuar?

Para quem apenas pretendia construir no mundo tal qual é, conforme o projeto koolhasiano, o devir não importava tanto, muito pelo contrário. É mesmo possível que seja importante para os negócios em geral, que sequer se vislumbre mudanças nos jogos de força dados. Se trabalhamos assim convocando o próprio sarcasmo e a incredulidade para criar um campo estabilizado pela inércia e a incredulidade gerais. O texto de Negri rompe neste ponto com as formulações de Koolhaas, até um determinado momento, sobre o qual falaremos posteriormente, onde Negri parece ceder ao sarcasmo Koolhasiano.

É importante neste ponto observar que essa capacidade de considerar como dadas as situações de catástrofes urbanas mundiais e a de teorizar sobre a continuidade da construção em tais contextos, se choca diretamente com as práticas e discursos recorrentes do urbanismo. Mesmo quando se milita pela superação das situações de miséria e extrema pobreza, o faz geralmente num viés dominante segundo o qual o mundo dos pobres precisaria ser inserido e adequado a um mundo tido como modelo e referência em termos de modos de viver e morar, por exemplo. Nesse ponto, recebe ainda fortes influências do urbanismo moderno, o que talvez explique o tipo de paisagem construída principalmente na habitação popular. Neste sentido vale sempre lembrar o arquiteto inglês John Turner, conhecido por trabalhar ativamente com as próprias comunidades com quem construía, e sua célebre frase dita quando veio conhecer o Brasil: “Mostraram-me problemas - favelas, mocambos, alagados, etc. - que considero soluções. E me mostraram soluções - conjuntos habitacionais de baixo custo - que eu chamo problemas (Turner, 1968)”. Turner percebera claramente o quanto a adoção das soluções europeias advindas do urbanismo moderno estavam em desconexão com as práticas sociais e modos de vida locais, sobretudo quando ainda hoje destroem não só laços sociais, mas também meios de vida e seguem não considerando as dinâmicas de trabalho contemporâneas na política urbana. 50 anos depois, Turner voltou a ser vanguarda.

Percebemos ainda que o discurso geral médio do urbanismo atual se baseia na figura central do Estado social e provedor para imaginar seus possíveis, sempre denunciando desequilíbrios e injustiças históricos. Nas últimas décadas, na era

progressista brasileira, não se pode dizer que o urbanismo progressista esteve de fato influenciando nas “políticas de Estado”, que hoje se sabe a que ponto esteve comprometido e corrompido pelo grande capital. Para frustração geral, o que o Estado deixou como legado “progressista” na questão urbana foram conjuntos habitacionais de baixíssima qualidade, muito parecidos ou até piores do que aqueles que Turner visitou nos anos 60, muito mal implantados na rede urbana, sem contar com as ondas inimagináveis de remoção de famílias de suas casas para dar lugar a obras faraônicas na onda brasileira de megaeventos, em grande parte hoje abandonadas ou em mal-funcionamento. Existem, naturalmente, exceções numa escala que não permite apontar qualquer tendência, exceto, justamente nas experiências onde as comunidades interessadas na moradia estiveram envolvidas em sua produção (exemplos do chamado Minha Casa e Minha Vida entidades, que enfrentaram dificuldades quase intransponíveis para sua realização, sem dúvida muito menores do que as grandes corporações da construção civil tiveram na realização de construções hoje em risco de desabamento no Estado do Rio de Janeiro).

Negri, no entanto, não aponta em sua resenha para o Estado como provedor, aponta para algo distinto, e mais adequado ao mundo atual, após o sequestro do Estado em muitos contextos, por interesses privados imediatistas, desvinculados totalmente do que seria o papel de Estado conforme imaginado no progressismo. Neste contexto Negri evoca o *General Intellect* - intelecto geral, expressão marxista relativa à dimensão coletiva e social da atividade intelectual como força produtiva. Para Negri, seria por aí o acesso à grande escala, no tempo da multidão, da precariedade e da crise da representação. Num contexto do neurocapitalismo - não mencionado por Negri-, podemos imaginar que a inteligência coletiva é ainda uma força política e criativa de maior impacto e de papel crítico no jogo de forças geral.

É aí precisamente onde buscaremos explorar pistas para um urbanismo do comum, que abre um pouco mais o campo espinhoso onde ambos os autores voltam a se alinhar, conforme a resenha de Negri (2009).

Eu realmente não sei o que podem fazer os arquitetos presos na crise da modernidade. (...) Mais além da transparência hipócrita do hipermoderno, mais além da ilusão de que os espaços urbanos possam ser gentrificados por classes criativas ao gosto de Tony Blair (na verdade, aqui o *Junkspace* se converte numa arma de desmistificação e luta), se trata de liberar novas formas de vida e investigar novas formas de comunidade (...).

Mas precisamente neste ponto, Negri (2009) trata com sarcasmo algo que para nós, nada mais é que uma face da produção palpável de outros caminhos para o urbanismo.

Eu quase rio quando meus companheiros mais próximos me falam, tomando-as como indicações de alternativas, de comunas habitacionais, de jardins e hortos autogeridos, de casas ocupadas multifuncionais, de ateliês culturais e políticos, de empresas de uma *Bildung* [NT. cultura formativa] comum... O realismo cínico pós-moderno mereceu a minha crítica, mas é justo partir de seu realismo e não se alimentarem mais ilusões sobre o fato que a cidade e a metrópole estejam consignadas ao exercício do biopoder; é justamente a partir desse reconhecimento consciente que sou levado a me perguntar: o que quer dizer restituir a metrópole à produção biopolítica? Na dimensão da *Bigness*, não do artesanato, mas do *General Intellect*, talvez nós precisemos voltar a falar em democracia e comunismo.

Hoje há milhares de coletivos, redes, experiências paralelas de produção, lutas e resistências político-culturais, novas moedas, experiências de ocupação. Um verdadeiro enxame de ações na microescala que, ligadas em rede, e continuando crescendo, poderiam, em algum momento, muito bem perturbar a grande escala, ainda que o mesmo aconteça em forma de catástrofe, como o incêndio que provocou o desabamento de edifício na capital paulistana, gerando quatro mortes e grande número de famílias desalojadas, seguido por outros em pouco mais de uma semana³.

Negri acha risíveis as intervenções na microescala talvez porque não estivesse ainda claro o potencial transescalar da microescala num mundo cada dia mais interligado digitalmente. Talvez analisar as formas de organização rizomáticas na metrópole, desde a venda de drogas às igrejas pentecostais, que vão do beco ao mundo e vice-versa, de forma absolutamente transescalar, seja uma forma de perceber de que modo estruturas «paralelas» mais benéficas, criativas e/ou solidárias podem atuar, disputando espaços mesmo na adversidade de situações políticas negativas, como a que se vive atualmente em muitos contextos.

Nos parece que tanto quanto o chamado espaço-lixo, o deserto sem arquitetos tratado sarcasticamente por Koolhaas assim como a pequena escala ironizada por Negri, são realmente, as vertentes de ação do *General Intellect*, numa perspectiva de rede em expansão. Mostram que podem e vem podendo cada vez mais, ainda que de modo

³ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/dez-dias-apos-incendio-em-predio-que-caiu-outra-ocupacao-pega-fogo-em-sp-veja-video.ghtml>

frágil, intervir na grande escala e ganhar corpos gigantes repentinamente, como vimos em 2013 e voltamos a ver, apesar de menos convergente, em 2018, como reação à horrenda execução de Marielle Franco, vista por muitos como uma das vozes de 2013 e dos outros mundos que se insurgiram ali, num ciclo que alimentou o que aqui chamamos de Multitudoceno. Obviamente não podemos não observar que seu violento assassinato é um atentado à passagem dos mundos oprimidos à macropolítica e sabemos, portanto, que não se trata de um campo aberto ou amistoso. Na realidade, nos parece que mais que oposição entre escalas, o que há é, de fato, uma necessidade de transescalaridade, ou seja, uma articulação sistêmica entre as diversas escalas da vida coletiva, conforme observava Ana Clara Ribeiro (2012).

Urbanismo hoje

O que nos parece que hoje provoca reais mudanças no urbanismo é, assim, o choque ao observar todas as suas premissas clássicas tendo ido por água abaixo, por um lado, mas persistindo de forma caricatural num uso acrítico de estratégias de planejamento na produção de bolhas imobiliárias altamente especulativas e propriamente perversas, onde Dubai seria o paroxismo da tendência. Poderíamos dizer que o urbanismo hoje é, majoritariamente, uma tentativa de operacionalizar trechos da metrópole em operações que pertencem muito mais ao campo da criação de ficções do que a demandas concretas da vida cotidiana urbana. Não que este aspecto ficcional do urbanismo e da arquitetura seja novo; de fato, é muito antigo mas já esteve mais associados a projetos de mais longo prazo e maior efetividade do que hoje, como vimos no caso dos grandes projetos urbanos atuais, mega eventos e mesmo, como já citado, no campo da produção habitacional de baixa renda.

Se falamos deste talvez não tão insuspeito encontro entre Negri e Koolhaas, é porque dele surgem vários fios que ainda é preciso explorar, desdobrar — observando os riscos e acidentes de percurso destas linhas de raciocínio — e fazer cruzar com outros caminhos que vem sendo percorridos. Tatear na escuridão do momento atual, a escuridão do porvir, são caminhos possíveis para a construção socialmente mais potente da metrópole tanto do ponto de vista do campo da arquitetura e urbanismo, mas principalmente, no campo da disputa do projeto de futuro da cidade e das implicações da dimensão material da cidade.

Por mais que tal fique sempre considerado secundário nas análises sociológicas ou antropológicas e políticas da cidade, a forma importa e tem alguma autonomia, como desejam muito arquitetos e urbanistas. Ela pode dificultar e, às vezes, integralmente aniquilar processos e modos de vida. Ela pode desfazer o tecido social e político, mas há sempre desejo por trás dela e é inútil não abordá-los, naturalizado-os ou ocultando-os. A forma é sempre manifestação de algum desejo compartilhado, e é neste sentido que se poderia pré-lançar algumas pistas para um urbanismo do Comum, algo que vimos desenvolvendo com Barbara Szaniecki e Giuseppe Cocco, nos últimos anos, e que se inscreveria precisamente na articulação de escalas possível se pensamos em termos do *General Intellect*, na pista dos corais de Donna Haraway que Barbara Szaniecki ofereceu como imagem para o próprio Multitudoceno, que tem como espaço sem dúvida a complexa rede urbana formada por grandes, pequenas e micro cidades ao redor do mundo, sempre que estas estiverem conspirando a favor da vida.

Referências bibliográficas

COCCO, Giuseppe. *KorpoBraz: por uma política dos corpos*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013

GRIZIOTTI, Giorgio. *Neurocapitalismo*. Melusina, 2017.

NEGRI, Antonio. “Rem Koolhaas: Junkspace e metrópole biopolítica” in *Radical philosophy*, n.º 154 (2009). <http://uninomade.net/tenda/rem-koolhaas-junkspace-e-metropole-biopolitica/>

KOOLHAAS, Rem. *Três Textos sobre a Cidade*: Editora Gustavo Gili: 2017.

RIBEIRO, Ana Clara. *Por uma sociologia do presente*. Vol 5. Rio de Janeiro - Letra Capital. 2012

SZANIECKI, Barbara. *Municipalismos: a cidade e o comum*. Disponível em: <https://bit.ly/2PuzxZT>